

## LEVANTE DA BELA CRUZ<sup>1</sup>

*José Américo Junqueira de Mattos*

**Resumo:** *É o relato de uma grande rebelião de escravos em fazendas na Freguesia de Carrancas (Sul de Minas) em 1833, em que vários membros da Família Junqueira foram assassinados pelos rebeldes. É baseado nos autos do processo criminal em que foram ouvidos os envolvidos na violenta rebelião.*

**Abstract:** *This is the account of the great uprising of farm slaves in the Freguesia de Carrancas (in the south of the province of Minas Gerais), in the year 1833, when various members of the Junqueira Family were murdered by the rebels. It is based on documents pertaining to the trial of the people involved in the uprising.*

### Introdução

Assim ficou conhecido na memória da Família Junqueira este triste e funesto episódio, a insurreição dos escravos na Fazenda Campo Alegre e Bela Cruz<sup>2</sup>, da

---

<sup>1</sup> Quando Marcos Ferreira de Andrade estava preparando seu texto “Rebelião e Resistência: as Revoltas Escravas na Província de Minas Gerais (1831-1840)” sabedor de que estávamos escrevendo a história e genealogia da Família Junqueira, solicitou-nos, (de Marta Amato e de mim) a indicação de documentos e informações sobre as primeiras gerações da família. Fornecemos as informações solicitadas e, em sua tese, ele nos agradece. Depois de ter escrito sua valiosa e importantíssima tese, ele enviou-me, por disquete, a mesma, juntamente com uma cópia do “Processo dos Junqueiras - Assassinatos praticados pelos escravos da Freguesia de Carrancas, em 13 de Maio de 1833”. Bem, sou eu, agora, quem tem de agradecer a Marcos Ferreira de Andrade, pois o “Processo dos Junqueiras” foi a fonte primária de que lancei mão, de um lado, para relatar os tristes fatos havidos e, de outro lado, para resgatar as tradições familiares (principalmente contidas no livro de José Alberto Pelúcio, Baependi-1942), de tão lutuoso evento. A numeração das páginas que cito do texto de Marcos Andrade foi da formatação particular que dei ao imprimir sua tese, portanto, pode não ser a mesma, ou coincidir com a numeração seguida em outras formatações.

<sup>2</sup> Vou mencionar rapidamente o que está extensamente descrito no livro: “A Família Junqueira no Contexto Histórico e Genealógico Brasileiro”, a ser publicado no próximo ano.

qual resultou o morticínio de todos os brancos presentes na Fazenda Bela Cruz, aos 13 de maio de 1833 - exatamente 55 anos antes da proclamação da abolição da escravidão, em 1888.

Teço, resumidamente, o ambiente social e político da época, e tiro minhas conclusões, baseadas principalmente na leitura do fundamental processo, “Processos dos Junqueiras Assassinados praticados pelos escravos da Freguesia de Carrancas, em 13 de Maio de 1833”<sup>3</sup>. Nelas, procuro demonstrar que o Levante da Bela Cruz foi, em última análise, consequência das promessas de liberdade infundidas entre os escravos, por Francisco Silvério e pelo Pe. Joaquim José Lobo (mentores intelectuais e insufladores reais, da rebelião), que seriam cumpridas caso assassinassem seus senhores e apossassem de suas fazendas. Ou seja, foi uma história mentirosa, uma quimera, pura fantasia! Os escravos, analfabetos e oprimidos, a eles chegando as notícias, ou melhor, os boatos fantasiosos, deles tiraram as conclusões, baseadas em falsas promessas, que seu imaginário e seu sonho de liberdade entretinham: de que estavam livres, pois o Imperador já os libertara e que só continuavam escravos pela ganância e maldade de seus senhores, insubmissos às ordens de Imperador!

Descrevo como o Levante aconteceu, baseado nas fontes primárias de que lancei mão e, usando os dados genealógicos de nossas pesquisas, integro um mosaico de parentesco extremamente intrincado entre as vítimas e os sobreviventes do massacre.

Procuro ater-me ao Levante e seus desdobramentos políticos e sociais para a época e não me estendo para as consequências sociais, morais e políticas cujos efeitos maléficos podem ser sentidos até hoje (Pinsky, 2000, p. 11-15).

Finalmente, transcrevo o inventário de José Francisco Junqueira e sua esposa, Antônia Maria de Jesus - texto muito interessante para inferirmos não só o nível sócio-econômico do casal, como também os usos e os costumes da época.

Ainda que muitas rebeliões de escravos tivessem acontecido na Província de

---

A Fazenda Campo Alegre foi primeiramente uma Sesmaria requerida por João Francisco Junqueira, o Patriarca da Família Junqueira, ao Governo Imperial. Posteriormente, ele comprou da viúva de José Vieira de Almeida, Ana Maria, a Sesmaria do Favacho. Campo Alegre e Favacho (hoje nos Municípios de São Thomé das Letras e de Cruzília-MG) deram origem a imensas propriedades, inclusive a Fazenda Bela Cruz. A Campo Alegre foi herdada dos Patriarcas por Gabriel Francisco Junqueira, Barão de Alfenas, e a Bela Cruz, por seu irmão José Francisco Junqueira.

<sup>3</sup> Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei. Pesquisa efetuada pelo historiador Marcos Ferreira de Andrade e gentilmente cedida ao autor.

Minas Gerais e em outras Províncias do Brasil Colonial, com morte de escravos e senhores, o Levante da Bela Cruz foi talvez a mais importante que ocorreu no Centro Oeste e Sul do País<sup>4</sup>.

O “Levante da Bela Cruz”, ocorreu em uma região em que a concentração da população escrava era igual e, em muitas freguesias, até mesmo superior à população branca. É assim que, em São Tomé das Letras, palco da rebelião, pelos mapas da população entre 1833-1835, vamos encontrar uma população branca de apenas 106 pessoas (14,33%) contra 634 pardos e pretos (85,67%), entre os quais 21 eram livres (Andrade, 1996). E mais ainda, o Sul Mineiro, na ocasião, era uma das regiões mais ricas e prósperas economicamente do Brasil Colonial, pois havia se transformado no centro abastecedor, por excelência, do Rio de Janeiro, Capital do Império. Daí a enorme repercussão política que o levante teve, colocando em polvorosa, e em estado de alerta, as autoridades locais e o poder central.

A idéia da abdicação parece ter sido acalentada pelo Imperador a partir da estrondosa vitória (95,64% dos votos), a qual Gabriel Francisco Junqueira obteve sobre o Ministro Silva Maia, este último, candidato do Imperador à Câmara dos Deputados. Havia na Província de Minas Gerais cerca de 1000 eleitores, o que mostra como nosso País era despovoado nos Séculos XVII e XVIII e durante o restante do Período Imperial<sup>5</sup>. A vitória de Gabriel Francisco Junqueira foi particularmente dolorosa para o Imperador porque este saiu da Corte, em companhia da Imperatriz e de muitos de seus auxiliares, e viajou pela Província de Minas, fazendo propaganda em favor de seu Ministro Silva Maia (Chaves, 1953; Veiga, 1897, Vol. IV, p.411-422). Concluimos citando Veiga quando afirma ter sido a visita à Província de Minas que preparou o terreno para a sua abdicação aos 7 de abril de 1831 (Veiga, 1897, Vol. IV, p. 422).

O período regencial que se seguiu à abdicação do Imperador D. Pedro I, em

---

<sup>4</sup> Arthur Rezende, em sua “Genealogia Mineira”, Vol. 3, p. 626, sem dar maiores dados ou informações, assinala que Maria Ferreira de Rezende, trineta da Ilhã Helena Maria de Jesus, teve 17 filhos, a qual, juntamente com outros 14, morreram envenenados pelos escravos. Fica aqui consignado esse fato, do qual não consegui dados ou outros elementos probatórios.

<sup>5</sup> Por outro lado, o fato de a Província de Minas Gerais, daquela época, ter somente cerca de 1000 eleitores, ainda que consideremos que as mulheres e os escravos não votassem, dá-nos uma idéia do despovoamento de nosso país de então e, assim, de bem entendermos quando Saint-Hilaire, em suas viagens pelo Brasil, nos fala dos “imensos desertos”... Para se ter uma idéia do despovoamento do Brasil no Século XVIII, Minas, em 1821, de acordo com os dados publicados por Pohl (1837, p. 410), tinha a irrisória população de 514.406 pessoas, divididas entre 332.526 pessoas livres e 181.882 escravos!

1831, em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, foi particularmente turbulento. O clima político que se estabeleceu foi de disputas entre os diversos grupos que lutavam pelo poder, no conturbado período regencial. O ambiente político, a grosso modo, podia ser assim caracterizado: de um lado, os *liberais* exaltados e os moderados, de outro os restauradores. Os *exaltados*, os *farroupilhas*, queriam uma federação com maior autonomia das províncias. Os *moderados*, os *chimangos* defendiam a liberdade e independência nacional; de seus quadros provinham principalmente os proprietários rurais. De outro lado os *restauradores*, os *caramurus*, que defendiam a volta de D. Pedro I ao trono, com a manutenção da Constituição de 1824. Seus defensores eram principalmente pessoas ligadas à Corte Imperial, burocratas, militares de alto escalão, etc... Enfim, eram contrários à política liberal que pudesse ameaçar seus privilégios (Andrade, 1996).

Um exemplo notável do conturbado quadro político do Período Regencial foi a Revolução Liberal de 1842, em que as Províncias de Minas e São Paulo, defendendo os ideais liberais, rebelaram-se contra o poder constituído, episódio em que a Família Junqueira, liderada por Gabriel Francisco, futuro Barão de Alfenas, desempenhou um papel importante na região Sul Mineira<sup>6</sup>.

Veja, leitor, o isolamento natural em que as comunidades da época viviam, servidas por tropeiros a cavalo ou com suas lentas e pachorrentas mulas. Os tropeiros faziam o importante papel de ligação entre as isoladas comunidades e o mundo externo; e eram, também, portadores de cartas e mensagens, as quais comumente demoravam dias ou meses para chegar a seu destino! (Goulart, 1961 e 1964). Por exemplo, o Levante da Bela Cruz aconteceu em 13 de Maio de 1833, data em que Gabriel Francisco Junqueira exercia suas funções de deputado junto à Câmara Imperial no Rio de Janeiro. A notícia do Levante só lhe chegou às mãos dia 21, ou seja, depois de 8 dias. Não seria exagerado inferir que, diante das circunstâncias, o mensageiro, ou mensageiros, portador da terrível catástrofe tenha viajado dia e noite, trocando de animais nos pousos e ranchos espalhados ao longo do caminho!<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> No livro a ser publicado: “Família Junqueira no Contexto Histórico e Genealógico Brasileiro” descrevo com detalhes o papel da Família Junqueira, principalmente o papel que seu líder, o Barão de Alfenas, teve na Revolução Liberal de 1842.

<sup>7</sup> Transcrevo aqui o pedido de Gabriel Francisco para se ausentar das atividades parlamentares; assunto sobre o qual me estendo no livro sobre a Família Junqueira.

“A Comissão de Poderes Com urgencia em 20 de Maio de 1833

Partecipo a V. Exa. para fazer presente a Camara dos SSrs. Deputados, que necessid. urgentissima me obriga a ir com violencia em casa em Minas dar indespensaveis providencias em família, p. cujo officio requeiro a competente licença.

Deos ge. a V. Exo 21 de Maio de 1833

Illmo. e Exmo. Sr. Secretario

Cassianno Esperidião de Mello Matos

Imagine agora a posição de isolamento e mais conscritos ainda, em que ficavam os escravos, analfabetos e sob sujeição aos seus “senhores”. Assim, esse clima de disputas políticas entre a população branca era acompanhado pelos escravos, que delas faziam uma leitura peculiar, própria e tiravam suas conclusões que, freqüentemente, eram baseadas em um imaginário fantástico, gerando quimeras muito longe da realidade dos fatos, como veremos a seguir.

Em relação ao clima político reinante na época afirma Andrade (1996, p. 56):

*“Em um clima marcado por disputas políticas entre as diversas facções, como foi caracterizado o tempo regencial, os escravos inseriam suas lutas, faziam as alianças possíveis, assim como os brancos arregimentavam os escravos de acordo com seus objetivos políticos. Em quase todas as notícias de revoltas detectadas por nossa pesquisa esta associação é freqüente”.*

O clima de rebelião na região não era algo novo, pois, já em 1831, os escravos eram insuflados pelo Vigário da Freguesia de Carrancas, Joaquim José Lobo, o qual dissera aos escravos que estes já estavam forros (livres) por ordem do ex-imperador, faltando apenas sublevarem-se contra os seus senhores e opressores - os únicos que não os queriam libertar. Acreditando alguns escravos em tais fantasias, houve uma tentativa de rebelião que foi prontamente jugulada. O Vigário Joaquim José Lobo foi preso e remetido para São João Del Rei; posteriormente foi libertado por insuficiência de provas (Andrade, 1996 p. 105). Em liberdade, voltou à região e logo a seguir vamos encontrá-lo nos depoimentos de inúmeras testemunhas as quais atestam ter ele continuado com seu intento de insuflação e subversão da escravatura.

O Levante da Bela Cruz ocorreu em um momento em que a Família Junqueira estava em seu apogeu. Era uma das famílias mais ricas da região<sup>8</sup>, e sua ascensão econômica carrou em seu bojo a ascensão política, com a eleição de Gabriel Francisco Junqueira para três legislaturas seguidas da Câmara dos Deputados, a partir de 1831. O Patriarca da Família, João Francisco Junqueira, havia falecido em 1819, deixando como herança a seus filhos os vastos latifúndios que foram a Campo Alegre e o Favacho, os quais deram origem a imensas propriedades como a Bela Cruz, Jardim, Narciso, Cafundó, Santo Ignácio, Traituba, Campo Belo etc... O início da origem do cavalo mangalarga estava em sua gestação e seus netos, filhos do Cap. João Francisco, o Ten. Francisco Antônio Junqueira e seu irmão João Francisco Diniz Junqueira, já haviam se dirigido para o Oeste Paulista, para as regiões de Batatais e Franca, dando início, juntamente com outros “entrantes do sertão do Rio

---

O Deputado Gabriel Franc1. Junq<sup>a</sup>.”

<sup>8</sup> Para tanto, basta a leitura de inúmeros inventários e testamentos, por nós pesquisados e transcritos no livro sobre a Família Junqueira, aqui mencionado.

Pardo” (Briochi et al. 1991), à colonização do Oeste Paulista. Esse era mais ou menos o cenário da Família em maio de 1833.

O texto dos autos do “Processo dos Junqueiras - Assassinatos praticados pelos escravos da Freguesia de Carrancas, em 13 de Maio de 1833”, instituído após a matança da Bela Cruz, com suas 232 folhas, é uma leitura dolorosamente triste, em que aparece o que o ser humano tem de mais “inumano”. Parece-me que a escravidão, esta mancha na consciência nacional, tão naturalmente praticada naqueles tempos remotos, não dava aos senhores de escravos a idéia do quanto a liberdade é um bem inerente ao ser humano, um ideal com o qual todos nascemos e que, por mais cativos que estejamos, não deixará nunca de ser profundamente acalentada e perseguida. Em contrapartida, é absolutamente chocante e doloroso ler a descrição e o estado de mutilação em que os corpos foram encontrados, não sendo poupada nem Maria, bebê com dois meses, cuja cabecinha foi esfacelada pelo escravo Quintiliano, batendo-a nos portais da casa...

Reiterando o que disse acima, nos Séculos XVII e XVIII, os precários caminhos e os meios de transporte, cavalos, bois e burros, faziam com que as distâncias se tornassem enormes. O despovoamento era a regra. Pouquíssimas pessoas sabiam ler e escrever<sup>9</sup> e conhecemos o que isso representa para a capacidade de pensar, levando à dificuldade de abstração e à *concretude* do pensamento - como tão bem ilustra Graciliano Ramos em “Vidas Secas”. Então, isolados em pequenas comunidades, como nos descreve Saint Hilaire (1819, 1822), a possibilidade de alguns escravos entreterem fantasias de liberdade, de acreditarem naquilo que gostariam que acontecesse, ou seja, de serem livres, levaram-nos a aceitar, como fatos verdadeiros, os boatos que Francisco Silvério Teixeira e o Vigário Joaquim José Lobo espalhavam. Ambos foram acusados, no processo, de incitarem os escravos à rebelião, a matarem seus senhores e apossarem-se de suas terras. O Vigário Joaquim José Lobo, apesar de ver malograda a rebelião que incitou, de 1831, permaneceu na Freguesia de Carrancas, sendo transferido para o distrito de Aplicação do Saco. Ali permanecia muito mais interessado em criar carneiros e tosquiá-los do que em cuidar de suas obrigações sacerdotais, ficando a população sem assistência espiritual, tão importante na época (Andrade p. 108). Sua atuação era observada e preocupava os Magistrados e Juizes locais que pediam ao Presidente da Província, um mês antes dos funestos acontecimentos, providências para que fosse afastado o Vigário Joaquim Lobo:

*"para que de huma vez se possam ver livres de hum Lobo que os quer devorar pois d'outra sorte poderá mais conservar a segurança pública, podendo V. Exa. em*

---

<sup>9</sup> Nos inventários e testamentos dos primeiros Junqueiras nenhuma das filhas do Patriarca era alfabetizada - só os homens o eram.

*conselho rezolver a sua mudança perpétua para huma outra Freguezia onde suas maldades não sendo conhecidas poderão ocasionar menos inconvenientes... ”<sup>10</sup>*

Como tais apelos não foram ouvidos, ele tramava a rebelião da escravatura, como atestam os depoimentos, sempre coincidentes, de dezenas de testemunhas e de escravos que participaram do Levante, os quais depuseram no “Processos dos Junqueiras”. Um exemplo é o do Pe. Joaquim Leonel Paiva, já nosso conhecido, pois aparece oficiando inúmeros casamentos e batizados de membros da Família Junqueira e de descendentes das Três Ilhças. Diz o Pe. Leonel (Proc. f. 102):

*“O Vigário da Freguesia Joaquim José Lobo dizia a eles (escravos) que para ficarem completamente forros (livres), só bastava matarem a seus senhores, afirmando-lhes que o ex-Imperador os tinha forrado (libertado) e que tinha declarado isso mesmo aos Bispos, para os Bispos comunicarem aos Vigários.”*

E mais abaixo, à folha 103, o Pe. Leonel afirma que procurou o Pe. Lobo para conversar sobre os boatos da insurreição e que encontrou, da parte de Lobo, uma grande indisposição para com ele, não só rejeitou os seus conselhos, como também lhe disse que iria provocar na região uma tremenda “bandalheira” como nunca haviam tido notícias de outra igual. Dois meses depois tomou conhecimento da “bandalheira” a que se referia, que foi a de incitar os escravos à insurreição. Disse mais (Proc. f. 103):

*“Depois que em Carrancas apareceram os referidos indícios da projetada insurreição, nunca mais os Escravos tiveram aos seus Senhores aquela obediência e sujeição que dantes tinham e naquele mesmo tempos e falou que, na casa dos Alferes José Francisco Junqueira, apareceram alguns indícios de insubordinação e levantamento de seus Escravos e por isso ele, testemunha, está convencido que a presente insurreição nasceu daquela primeira (1831) que não teve efeito, e tanto mais porque é constante a relação de amizade que sempre teve Francisco Silvério Teixeira com o Vigário Lobo, sendo voz geral que fora ele, Silvério, quem aconselhou os Escravos para a dita insurreição de Campo Alegre e Bela Cruz...”* (transcrito em ortografia atual).

Penso ser curioso assinalar que a esposa do Alferes José Francisco Junqueira, Antónia Maria de Jesus, oito dias antes de ser assassinada em companhia de seu esposo e familiares, estava muito preocupada e tinha uma premonição ou intuição dos trágicos acontecimentos, pois afirmou a José Alves Pires, morador daquela Freguesia e testemunha no processo (f. 39 e 40) quando esse visitou a Fazenda Bela Cruz:

---

<sup>10</sup> APM. Seção Provincial. SP PP 1/18, cx. 187, doc. n.º 23 (Andrade, 1996, p. 109).

*“...que temia muito ver seus escravos e os da Fazenda de seu irmão Gabriel (Gabriel Francisco Junqueira) porque tendo aparecido em Carrancas indícios de uma insurreição contra seus senhores promovida pelo Vigário, era impossível que não fossem encontrados (nela) alguns de seus escravos, e de seu irmão...”* (Transcrito em ortografia atual)

Em praticamente todos os depoimentos contidos no “Processo dos Junqueiras”, tanto dos escravos que participaram da rebelião, como de testemunhas locais, Francisco Silvério Teixeira é citado como o mentor e incitador da insurreição. Era ele fazendeiro no Termo de Campanha. Contava na ocasião 73 anos, casado, pai de 14 filhos e transitava continuamente pela região. Interessante assinalar ser ele compadre de Gabriel Francisco Junqueira - no processo não aparece de que forma eram compadres - mas ele é assim tratado nos autos, e por Gabriel Francisco Junqueira quando a ele se refere. No Libelo Acusatório (Proc. f. 116) é mostrada como a condição de ser compadre de Gabriel Francisco dava-lhe oportunidade de livre acesso à Fazenda Campo Alegre e possibilidade de se encontrar com os escravos e tramar os detalhes da rebelião, principalmente com o líder deles, Ventura Mina.

Ventura, o líder escravo, foi comprado por Gabriel Francisco Junqueira no Rio de Janeiro e aparece como um indivíduo com capacidade de liderança e aparentemente respeitado pelos outros escravos. Assim ele é descrito no Libelo Acusatório (Proc. f. 116):

*“Ventura além de ter um gênio fogoso e ardente era empreendedor, ativo, laborioso tendo uma grande influência entre os réus e estranhos de quem era amado, respeitado, e obedecido”.*

Ventura, africano originário de Mina<sup>11</sup>, havia se auto-proclamado rei. Sobre a divisão entre reis e vassalos que era costume entre as nações africanas da época, assim se refere Andrade (1996, p. 130):

*“As posições hierárquicas de muitas das nações africanas, como por exemplo, os Minas, os Cassanges, os Moçambiques ou Congos, dividiam os escravos em reis e vassalos, e muitas destas distinções poderiam inviabilizar a associação escrava. A partir das informações apontadas nos autos, poderíamos especular que Ventura talvez tenha sido um rei Mina com grande ascendência sobre os outros escravos. Em correspondência, já citada, o Juiz de Paz de Baependi se refere ao escravo*

---

<sup>11</sup> Costa da África Ocidental, descoberta em 1471 pelos navegadores portugueses, João de Santarém e Pero Escobar. Aí se construiu, em 1431, o Castelo de São Jorge, para garantir o tráfico da região. Fonte: Enc. Koogan Digital, 2001.

*Ventura, de propriedade de Gabriel Francisco Junqueira, como aquele "que se havia coroado Rey" dos escravos. De acordo com o quadro I (1996, p. 131), podemos perceber que a diversidade étnica e cultural dos escravos da Freguesia de Carrancas não impediu que os escravos realizassem lutas conjuntas; pelo contrário revela um grande esforço de se superar tais diferenças para que o projeto de liberdade fosse alcançado."*

O plano dos escravos e de Silvério, de acordo com o depoimento de inúmeras testemunhas das quais vou citar apenas algumas: Antônio Moreira da Silva (Proc. fls. 26-28); Luís Antônio de Oliveira (Proc. fls. 35-37); Antônio Luís dos Santos (Proc. fls. 37-38); Mariano Ferreira da Silva (Proc. fls. 67-69); João Francisco Xavier (Proc. fls. 69-71) e João Pimenta Ribeiro (Proc. fls. 71-72), é coincidente e repetitivo. Pode ser sintetizado no depoimento do último. Quando foi perguntado sobre qual seria o plano dos insurgentes, João Pimenta Ribeiro, homem pardo, natural do Arraial de Madre de Deus e morador em Campo Belo, respondeu:

*"... que o plano dos insurgentes, segundo eles confessaram logo que foram presos, era matarem a todos os brancos e pessoas livres das Fazendas de Campo Alegre, Bela Cruz, Jardim, Sobrado, Prata, Campo Belo e depois seguiriam para Santo Inácio, Traituba, Favacho, João Pinto. Extinta a raça branca de todas estas Fazendas se reuniriam, todos os insurgentes das ditas Fazendas, na Traituba onde abririam, segundo eles se explicavam, dois braços, (um) seguiria para o Espírito Santo a extinguir a família dos Andrades e outro para Carrancas a extinguir a família dos Machados: tudo isso com o fim de ficarem forros e Senhores das Fazendas e bens das vítimas assassinadas, entregando o dinheiro todo ao dito Silvério que era unicamente o que ele exigia para eles ficarem forros e salvos do crime." (transcrito em ortografia atual)*

Por outro lado, depois de matarem todos os brancos e apossarem-se de seus bens, era plano dos escravos voltarem a se reunir na Fazenda Traituba que era o "lugar designado para se fazerem fortes e resistirem" (Proc. f. 52). Em 1833, a construção da Fazenda Traituba já havia sido terminada por João Pedro Diniz Junqueira; construída, como relatarei alhures no livro que escrevo sobre a Família Junqueira, para receber o Imperador D. Pedro I, de quem João Pedro era particular amigo e companheiro de caçadas. Não é de se admirar que aquele formidável solar atraísse o interesse dos escravos para que, apossando-se dele, pudessem "se fazer fortes", ou melhor se sentirem fortes, e também ostentar os seus ideais de poder e liberdade, aliás, inerentes à condição humana.

Os escravos se comunicaram e estabeleceram líderes e cabeças do movimento nas seguintes fazendas: Ventura Mina, na Fazenda Campo Alegre; Joaquim Mina, na Bela Cruz; Jerônimo, Fazenda da Prata; e Damião, na Fazenda Campo Belo. Jerônimo e Roque, da Fazenda da Prata, eram tropeiros e viajavam freqüentemente ao Rio de Janeiro; por isso, foram encarregados por Francisco Silvério, de comprar

armas e munição para os sediciosos, fato que não chegou a ocorrer, pois, na comitiva de Jerônimo, viajava José Teixeira de Araújo, empregado da Fazenda da Prata, o qual, aparentemente, teria provocado em Jerônimo o medo de que suas intenções fossem descobertas (Proc. fls. 34;160-161). Tais lideranças se mostraram, no momento do Levante, fracas, fantasiosas e desarticuladas, como veremos a seguir.

Pelos autos do processo é possível acompanhar, com precisão, como os acontecimentos se desenrolaram. Na noite do dia 12, véspera da insurreição, Ventura Mina foi, à noite, à Fazenda Bela Cruz à procura de Joaquim Mina, e os dois encontraram-se na senzala. Ventura convocou outros escravos e ali tramaram desencadear a insurreição no dia seguinte (Proc. f.78).

Francisco Silvério Teixeira e os escravos insurgentes aproveitaram-se do fato de que Gabriel Francisco Junqueira estava na Corte exercendo suas funções de deputado. À testa da Fazenda Campo Alegre estava seu filho Gabriel Francisco de Andrade Junqueira, Juiz de Paz do Curato de São Thomé das Letras. Passava do meio dia quando Gabriel foi à roça, a um local denominado de Mata, localizado na Fazenda Cachoeira (Pelúcio, 1942 p. 229), inspecionar o trabalho de seus escravos.. Ali chegando, incontinenti, Ventura Mina segurou o cavalo pelas rédeas, Domingos Crioulo forçou-o a descer do cavalo enquanto Julião Congo arrebentava-lhe a cabeça com golpes de pau (Proc. fls. 14, 116-117). Em seu depoimento (f. 128) Domingos Crioulo alega que “*apenas*” apeara o “*senhor moço*” do cavalo e o segurara, mas que quem o matou fora Ventura. Por outro lado, Julião Congo confessou ter-lhe dado uma porretada, mas uma “*só*” na nuca (Proc. f. 127). Enquanto isso se passava, Francisco Silvério, do alto de um espigão, a exemplo de oficiais superiores das antigas batalhas, observava Ventura e seus liderados assassinares o filho de seu compadre (Proc.f. 43). O cavalo solto foi montado pelo jovem escravo Francisco e baldados foram os esforços dos revoltosos para contê-lo. Fiel a seus amos, correu para a Fazenda Campo Alegre a avisar do assassinato (Proc. fls.14, 117). Outro escravo fiel dirigiu-se à Traituba para informar ao Cel. João Pedro Diniz Junqueira da revolta da escravatura (Proc.f. 14). Enquanto isso, Ventura, liderando um grupo de 7 ou 8 escravos, dirigiu-se para a sede da Campo Alegre. Ao se aproximarem do terreiro, notaram movimentação suspeita, “*arrepriaram a carreira, tomando a direção da Fazenda Bela Cruz*” (Proc. f. 117). Na verdade, em seu depoimento, Julião Congo declarou que “*suspeitaram*” que a casa já houvesse sido defendida por “*capitães do mato*” ou então já houvesse pessoas na casa, vindas em socorro de seus proprietários (Proc. f.128). Na versão de outro escravo, José Mina, “*Ventura disse que já tinha havido aviso*”, por isso partiram diretamente para a Bela Cruz (Proc. f.131). Ao chegarem à Bela Cruz, foram encontrar os escravos que trabalhavam na roça. Ali chamou Ventura por Joaquim Mina e comunicou-lhe já haverem matado o “*senhor moço*” e que era necessário agora matarem todos os brancos da Bela Cruz (Proc. fls. 26, 117). A seguir, em número de 30, aproximadamente, dirigiram-se à

sede. De acordo com o depoimento do escravo Manoel das Vacas, ele encontrara o “*Senhor Velho (José Francisco Junqueira) em pé na porta lhe dera duas bordoadas...*”. Rapidamente José Francisco, apesar de velho, cego e tendo sido já esbordado por Manoel das Vacas, ainda teve forças para, juntamente com sua esposa, Antônia Maria de Jesus, e sua filha, Emiliana Francisca Junqueira, trancar-se em um quarto da casa. Ledo engano! Manoel das Vacas munido de um machado, o qual lhe havia sido dado por Antônio Retireiro, tentava arrombar a porta, enquanto esse último saltava o muro e, munido de uma pistola, arrombava a porta de trás (Proc. f.118). Podem imaginar, caros leitores, a angústia por que passaram esperando a porta ser aberta para serem assassinados? Arrombada a porta, os escravos entraram e Antônio Retireiro, com a pistola, disparou um tiro à queima-roupa na face de José Francisco! Em seguida foram assassinadas, a golpes de foice e machado, Antônia Maria de Jesus e sua filha Emiliana. Ana Cândida da Costa, viúva de Francisco José Junqueira (filho de José Francisco e sua esposa), foi assassinada na horta, a golpe de foices e paus por Sebastião, Pedro Congo, Manoel Joaquim e Bernardo. José, menino com 5 anos, filho de Manoel José da Costa, foi morto por André, Pedro Congo e Manoel Joaquim. Sua irmãzinha Maria, bebê com dois meses de idade, foi morta por Quintiliano, que mandou Euzébio lançá-la no “*cuco do moinho*” (Proc. f. 118). Antônia, menina de 4 anos, filha de Manoel Vilela<sup>12</sup>, foi morta por Manoel das Caldas, Sebastião e Bernardo (f. 118). Em seu depoimento Quintiliano (f.145) disse que quando chegou a casa

*“só restava viva uma criança recém nascida a qual ele, respondente, por ordem do Ventura, matou dando-lhe com a cabeça em um portal, depois do que se dirigiu com outros para o Bom Jardim, a fim de fazerem ali outro tanto, e matando no caminho a um agregado chamado Francisco da Costa, o qual foi morto pelo preto Ventura, e outro de nome Manoel das Vacas, e chegando ao Jardim, ali foram dispersos em consequência dos tiros que receberam”* (transcrito em ortografia atual).

Dessa matança participaram os escravos vindos da Campo Alegre e os escravos da Bela Cruz, com exceção de José Cassimiro. (Proc. f. 14, 118).

Após a matança, a maior parte do grupo se dirigiu à Fazenda Jardim, para dar prosseguimento à sua macabra tarefa, ficando alguns escravos emboscados na Bela Cruz à espera de Manoel José da Costa. Para tanto, de acordo com os autos, envia-

---

<sup>12</sup> Manoel Vilela, bisneto da Ilhêa Júlia Maria da Caridade, foi casado em primeiras núpcias, em 10 de maio de 1815, com Elena Francisca Junqueira, filha do Alferes José Francisco Junqueira e Antônia Maria de Jesus. Elena já era falecida por ocasião do massacre. Assim, é possível inferirmos que a pequena Antônia estivesse sendo criada pelos seus avós, ou que ali estivesse passando uma temporada.

ram à Fazenda Campo Alegre - Manoel da Costa lá se encontrava - um escravo com um falso recado, dizendo que sua família havia sido assassinada na Bela Cruz, mas que todos os escravos já haviam ido para a Fazenda Jardim para ali matarem seus donos. Aparentemente Manoel José da Costa acreditou no recado mentiroso, ou seja, “*na persuasão de que seus escravos não tiveram parte naqueles crimes*” (Proc. fls. 51, 44) pois, pelos autos, não tomou nenhuma precaução especial ao se aproximar da porteira. Os escravos estavam escondidos; alguns ficaram em uma senzala, outros atrás da casa dos carros (carros de bois) e outros atrás da parte de dentro do muro de pedras que cercava a sede (Proc.f. 35). Ao adentrar a porteira, Lourenço que “*dera uma bordoadada na espingarda*” (Proc. f. 151) passou a lutar com ele, quando deles se acercaram os outros escravos atacando-o a golpes de paus e foices. Como ainda manifestasse sinais de vida, deram-lhe um tiro (Proc. f. 35).

O grupo que se dirigia à Fazenda Jardim, liderado por Ventura Mina, a caminho encontrou um agregado (empregado) dessa fazenda, Francisco da Costa, que iria à Bela Cruz buscar mantimentos; foi assassinado a foice por Ventura e a golpes de pau por Manoel das Vacas (Proc. f. 119, 145). Penso que Francisco da Costa foi morto por suspeitarem que, se ficasse vivo, poderia denunciá-los e pôr a perder seus planos.

Pelos autos (Proc. f. 23, 119) sabemos também que João Cândido da Costa Junqueira estava na Fazenda Campo Alegre, no momento em que o levante começou, tendo cavalgado a toda brida para a Fazenda Jardim a fim de defender sua família. Ali chegando, reuniu toda a escravatura e a trancou em uma sala (Proc. fls. 19 e 119). Dois escravos prometeram-lhe fidelidade: um se chamava Carlos<sup>13</sup> e, armados, esperaram pelos revoltosos. Eles chegaram já à noite e foram repelidos com somente dois tiros (Proc.f. 14, 119) que feriu um escravo e matou Ventura. Caro leitor, o processo é claro, foram só disparados dois tiros!!! Por estranho que pareça, dois únicos e singulares tiros foram suficientes para pôr em debandada a escravatura amotinada!!! Imediatamente os escravos se dispersaram e fugiram para o mato.

Parte do grupo que ficou na Bela Cruz de tocaia, à espera de Manoel José da Costa, depois de o terem matado, dirigiu-se, ainda naquela mesma noite, para a Fazenda Jardim, a qual seria o ponto de encontro dos escravos, depois de consumadas as mortes dos donos da Fazenda. A outra parte seguiu na manhã seguinte, acompanhada de todas as mulheres e crianças o que nos faz supor que também as crianças, de uma forma ou de outra, viram ou ouviram os assassinatos; ou, pelo menos, teriam visto os cadáveres de seus amos e também das crianças, possivelmente suas companheiras de folguedos na Fazenda! Tire o leitor suas próprias conclusões! De

---

<sup>13</sup> Essa é uma confirmação da importância das tradições familiares, pois um relato muito semelhante foi transmitido a Pelúcio (1942, p. 229).

minha parte, como psicanalista, cenas como essas são verdadeiros libelos que vergastam e se fixam na memória, consciente ou inconscientemente, da maioria das consciências.

Quando esse segundo grupo chegou à Fazenda Jardim, Ventura já estava morto e dispersos os seus seguidores. Àquela altura dos acontecimentos já havia chegado socorro. No processo não há menção do tipo de socorro que já havia chegado; imagino que João Cândido da Costa deve ter contado mesmo foi com a ajuda de escravos fiéis, dada a exigüidade de tempo e as distâncias entre as fazendas. De qualquer forma, muitos foram desarmados e presos e outros fugiram para o mato (Proc.f.29). Veja, leitor, que a organização do Levante foi mais retórica, conversa fiada, do que uma rebelião programada, estudada, como a vê Marcos Ferreira de Andrade - aqui amplamente citado.

O que se seguiu nos dias seguintes foi o medo generalizado de uma população branca minoritária em relação à população negra. Isso levou a uma rápida mobilização geral dos fazendeiros e autoridades locais, com a convocação de guardas nacionais, organização de milícias com capitães de mato, para “caçar” e prender os insurgentes, o que ocorreu logo nos dias seguintes.

Instaurado o processo, 35 escravos foram indiciados como participantes da insurreição; 4 já haviam sido mortos: Ventura Mina, morto provavelmente por João Cândido da Costa Junqueira, na Fazenda Jardim; João Inácio, Firmino Matias e Antônio Sigano, mortos em confronto com as forças milicianas durante suas capturas (Proc. f. 120). Dos 31 restantes, 16 foram enforcados, 8 foram absolvidos por não participarem diretamente da execução e assassinatos de seus “senhores”. Resumindo, da Fazenda Campo Alegre 5 foram enforcados: André; Domingos; João; José e Julião Congo. José Cassimiro foi absolvido porque não participou do Levante, tendo fugido quando estourou a rebelião. Antônio Rezende, ainda que condenado à pena capital, teve sua vida poupada porque foi quem, na condição de carrasco, enforcou seus companheiros! Da Fazenda Bela Cruz 11 foram enforcados: Antônio Retireiro; Bernardo; Joaquim; Julião; Lourenço; Manoel das Caldas; Manoel Joaquim; Manoel das Vacas; Pedro; Quintiliano e Sebastião. Foram condenados 2 a 600 açoites e a ficar com “ferros no pescoço” por 3 anos: Euzébio e Manoel Pedreiro. Condenados a 400 açoites e a ferros no pescoço foram 2: José e José Campeiro. Foram absolvidos 11 por não terem tido participação direta na execução das mortes: Antônio; Davi; Euzébio; Francisco; José; José Campeiro; Manoel Pedreiro; Paulo; Pedro Velho; Rafael e Tomás (Processo dos Junqueiras, 1833 - Andrade, 1996). Os escravos da Fazenda da Prata, os tropeiros Roque e Jerônimo, que tinham sido encarregados de trazer armas do Rio de Janeiro, foram, inicialmente, condenados a 10 anos de galés, com trabalhos forçados. É interessante acompanhar como a “proprietária” deles, Ana Luiza Gonçalves, lutou denodadamente para salvar seu valioso “patrimônio”. Pelo processo, podemos seguir seus esforços para conseguir, primei-

ro, poupar a vida de seus escravos e, posteriormente, a comutação de suas penas para 600 açoites (Proc. fls.123-124;166-167; 180-181; 192-193; 195-196). Ana Luíza Gonçalves era neta da Ilhã Júlia Maria da Caridade (Guimarães, 1990, Vol. 2, p.843) e, portanto, era prima de José Francisco Junqueira, bisneto da Ilhã Antônia da Graça!

Sinto-me compelido a levantar algumas questões e a tirar conclusões a respeito desse trágico acontecimento. O que teria feito com que os escravos se rebelassem em tão precárias circunstâncias, arrostando tantos perigos e pondo em risco suas próprias vidas? Não foram maus tratos, pois disso se queixou apenas um dos escravos em seu depoimento.

Gostaria, caro leitor, de fazer uma pequena pausa e falar a respeito dos maus tratos a que os escravos eram submetidos pelos seus senhores. Penso que esse assunto é muito questionável. Em primeiro lugar, o escravo na época era, de longe, o maior “bem” que os proprietários rurais possuíam. Saint-Hilaire nos mostra mesmo que muitos dos fazendeiros os possuíam inclusive como reserva de capital (Saint-Hilaire, 1822 - Ed. Univ. S. Paulo, 1974, p. 67 e 103), portanto, não tinham interesse em “estragar sua propriedade”. Vimos no exemplo acima os ingentes esforços de Ana Luíza Gonçalves para poupar seus escravos Roque e Jerônimo, envolvidos no Levante. Pelos relatos da época, penso que, como regra geral, os escravos na Província de Minas Gerais eram bem tratados.

Um exemplo que posso evocar é do inventário de José Frausino, neto do Patriarca, filho do Cap. João Francisco Junqueira, sendo que o último deixou grande fortuna amealhada com a venda de escravos no Vale da Paraíba - assunto ao qual me estendo no livro sobre a Família Junqueira que estou ultimando. Bem, em seu testamento, José Frausino deixa um grande número de escravos livres. E mais, para 4 deles lega a importância de 4\$000 réis, importância muito grande e igual a que ele deixou para alguns de seus próprios filhos e bem maior do que legou para muitos de seus netos!

Ainda a respeito de maus tratos, veja o que nos diz Saint-Hilaire, testemunha ocular dessa história, quando em viagem pela Província de Minas Gerais, em 1819 (Saint-Hilaire, Ed. Univ. S. Paulo, 1975, p. 53-54):

*“Seguindo sempre o curso de um regato, cheguei a uma plantação de milho. A fumaça que se elevava ao meio do campo anunciava uma choça qualquer de negro; dirigi-me para esse lado, e encontrei uma dessas barracas que os pretos da Província das Minas têm costume de levantar quando são obrigados a dormir no campo. São feitas de varas que, enterradas obliquamente na terra, se juntam na parte superior como caibros de um teto, e cobrem de folhas de palmeira na maioria das vezes dispostas sem ordem. Algumas vasilhas de barro, e recipientes feitos de cabaças cortadas pelo meio no sentido do comprimento, compõem todo o mobiliário desses mesquinhos abrigos. Diante daquele de que eu me aproximara en-*

*contrei um negro sentado ao chão, comendo pedaços de tatu assado sobre carvões; nesse momento mesmo pôs alguns pedaços numa meia cabaça, acrescentou angu, e ofereceu-me a comida da maneira mais graciosa. Agradei-lhe o convite e a conversação se entabulou entre nós: 'Você naturalmente se aborrece vivendo muito só no meio do mato? - Nossa casa não é muito afastada daqui; além disso eu trabalho. - Você é da Costa da África; não sente algumas vezes saudade de sua terra? - Não: isto aqui é melhor; não tinha ainda barba quando vim para cá; habituei-me com a vida que passo. - Mas aqui você é escravo; não pode jamais fazer o que quer. - Isso é desagradável, é verdade; mas o meu senhor é bom, me dá bastante de comer: ainda não me bateu seis vezes desde que me comprou, e me deixa tratar da minha roça. Trabalho para mim aos domingos; planto milho e mandubis (Arachis)<sup>14</sup>, e com isso arranjo algum dinheiro. - É casado? - Não: mas vou me casar dentro de pouco tempo; quando se fica assim, sempre só, o coração não vive satisfeito. Meu senhor me ofereceu primeiro uma crioula<sup>15</sup>, mas não a quero mais: as crioulas desprezam os negros da costa. Vou me casar com outra mulher que a minha senhora acaba de comprar; essa é da minha terra e fala minha língua'. Tirei uma moeda e dei-a ao negro, e ele fez questão de me oferecer alguns pequenos peixes e um pepino que foi buscar no seu campo de mandubis.*

*A conversação que acabei de relatar, e da qual não modifiquei uma única palavra, prova que os negros não são sempre tão infelizes como se diz. A escravidão não é para eles o que seria para nós, porque se preocupam pouco com o futuro, e, quando o presente é suportável, não precisam de mais. Além do que a maioria deles foi feita prisioneiros em guerras cujo único objetivo é o de capturar homens para vendê-los, e o vencido acha bastante natural ser a vítima de um azar que beneficiou o vencedor. O estado de guerra contínua que o tráfico introduziu entre os africanos é de tal modo horrível que, mesmo na escravidão, impede-os de sentir saudades da pátria; e entre os negros aos quais perguntei se não desejavam voltar para a África, bem poucos não me responderam que a terra dos brancos era melhor por que aí não se combatia continuamente<sup>16</sup>. Fiz um dia esta pergunta a um velho negro que, encarregado por seu amo de vender milho numa venda aos viajantes, passava os dias na tranqüilidade, livre de qualquer vigilância. "É possível esquecer completamente o país em que nascemos? Você está doido! gritou incontinenti sua mulher, se nós voltássemos para nossa terra, não tornariam a nos vender?" Diz-se que se os africanos cessassem de poder vender os prisioneiros aos homens brancos, eles os massacrariam<sup>17</sup>, desde que não tenham mais o mesmo in-*

---

<sup>14</sup> Mandubi é o mesmo que amendoim (Arachis hipogoea). (M. G. F.)

<sup>15</sup> Os crioulos são, no Brasil, os negros e negras (escravos) nascidos no país.

<sup>16</sup> Talvez este de que vou tratar tenha sido o único que não discorreu dessa maneira.

<sup>17</sup> Foi uma das razões alegadas na Câmara dos Deputados de 1825 em favor do tráfico dos negros, "Em 1825 não houve legislação no Brasil, visto que a primeira assembléia ordinária

*teresse em se guerrearem, e viverão em paz.*

*Seja como for, o que disse acima mostra que, no estado atual das coisas, devemos, para ser justos, fazer concessões aos partidários da escravidão. O negro que cai nas mãos de um senhor bom e sinceramente cristão é, devemos confessá-lo, mais feliz do que a maioria dos camponeses de certas províncias da França; trabalha muito menos; não tem as mesmas inquietações; a fome e a miséria não o ameaçam constantemente; vivendo num clima quente, tem poucas necessidades, e aquilo de que carece seu senhor lhe dá; se lançar um olhar para o passado reconhecerá que o presente é melhor, e o dia seguinte, se pensar nele, lhe trará as mesmas comodidades de que já goza. Mas não é menos verdade que o escravo corre maiores perigos de miséria do que de felicidade, porque os senhores desumanos são mais numerosos que os bons, e é horrível pensar que uma criatura que sente e pensa se acha durante todos os momentos da sua vida à inteira disposição de um perverso, sem esperanças de jamais se subtrair à sua tirania e caprichos. O interesse do senhor, já se repetiu muitas vezes, é garantia suficiente em favor do escravo<sup>18</sup>: como se as paixões conhecessem outro interesse além do de satisfazê-las!”*

Isso confirma o que o próprio Saint- Hilaire já dissera antes, quando de sua primeira “Viagem às Nascentes do Rio São Francisco” (1817- Ed. Univ. S. Paulo, 1975 - p. 67-70), quando à página 70 cita primeiro Gardner, e depois conclui:

*“Antes de minha chegada ao Brasil eu havia sido informado de que a condição dos escravos nesse país era a mais desgraçada que se podia imaginar. Mas poucos anos de permanência ali me foram suficientes para corrigir essa idéia errônea... A escravidão jamais encontrará em mim um seu defensor, mas por outro lado não posso deixar que permaneça a crença de que os brasileiros proprietários de escravos sejam monstros bárbaros. Durante minha longa permanência no país foram poucos os atos de pura e simples crueldade que testemunhei... Os homens da terra, por natureza inclinados à pachorra e à indolência, dão pouca atenção a faltas que entre povos mais ativos e de temperamento mais ardente seriam punidas com severidade; contentam-se em punir com algumas chibatadas certos crimes que na Inglaterra acarretariam a deportação ou mesmo a pena de morte. Na maioria das fazendas os escravos são bem tratados e parecem bastante felizes. Eu jamais teria acreditado que os negros em algumas das propriedades mais ricas fossem escravos se não tivesse sido informado disso previamente. Tive oportunidade*

---

iniciou suas sessões a 3 de maio do ano seguinte; o autor quer referir-se certamente à assembléia constituinte de 1823, que foi dissolvida, e na qual o problema do trabalho servil foi ventilado, tendo José Bonifácio apresentado a respeito um projeto parcialmente abolicionista. N. do T.”

<sup>18</sup> Não é mais, aliás, sob esse aspecto que se deve tratar atualmente a questão servil. Demonstrarei em outra ocasião que a escravidão é talvez menos prejudicial aos negros do que a seus senhores.

*de ver grupos de trabalhadores deixarem alegremente suas choupanas pela manhã, as quais são geralmente rodeadas por um pequeno quintal, para se dedicarem às suas ocupações diárias, e retomarem à tarde sem a menor mostra de cansaço ou abatimento. As senhoras brasileiras me pareceram quase todas muito bondosas para com os seus escravos, e muitas vezes elas próprias cuidam dos que estão doentes." (Gardner, Travels, etc., 17-19.)*

O mesmo autor confirma o que eu já dissera há mais tempo (*Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro*, etc.) a respeito da pouca tristeza que os africanos levados para a América têm de haver deixado a pátria “*Em todas as partes do Brasil que percorri*”, acrescenta ele, “*conversei com os escravos, tendo encontrado muito poucos que lamentassem ter sido tirados de sua terra ou que quisessem retornar a ela.*”

Por outro lado, Saint-Hilaire, passando posteriormente pela região Sul Mineira afirma (1822 - Ed. Univ. S. Paulo, 1974, p. 51):

*“Fazenda dos Pilões, 2 léguas, 4 de março. A dona da fazenda do Retiro encheu-me de finezas até o último momento. No entanto, esta mulher, que para comigo parecia tão boa e tão meiga, mal entrara em casa já eu a ouvia berrar a mais não poder, e exaltar-se com violência contra seus escravos. Estas normas que parecem contraditórias não o são, realmente, aos olhos dos brasileiros.*

*Ficam os escravos a infinita distância dos homens livres, são burros de carga a quem se despreza, acerca de quem se crê só podem ser levados pela arrogância e ameaças. Um brasileiro, assim poderá ser caridosíssimo para com um homem e sua raça e ter muito pouca pena de seus negros a quem não considera como semelhantes.”*

Essas três passagens que cito parecem, em certos momentos, se contradizer, mas não vejo nenhuma contradição. Penso, dada a minha experiência como psicanalista há mais de 40 anos, que o ser humano é um conjunto de grandezas e vilanias. Todos nós possuímos a nossa face negra. Como afirmou Shakespeare, em “Hamlet”: “*Dê a cada homem o que merece e quem escapará de ser açoitado?*” Ou o que afirmou em “Júlio César”: “*Se se fizer justiça quem não merece ser enforcado?*”. Felizmente, há seres humanos extraordinários, nos quais a generosidade e a bondade prevalecem sobre os instintos e impulsos agressivos ou invejosos. Portanto, concordo com Saint-Hilaire: o escravo de um senhor generoso naturalmente tendia a ter uma vida menos sofrível e, como ele mesmo nos relata, muitas vezes, superior à vida na África, de onde viera.

Em relação aos possíveis maus tratos a que os escravos eram submetidos, há uma divergência de dados que depreendo da leitura do livro de Décio Freitas (Freitas, 1990, p. 28-35), quando ele abrange o final dos Séculos XV, XVI e XVII, e o

que vemos pela leitura de Saint-Hilaire e, principalmente, por centenas de inventários e testamentos, documentos primários, por nós pesquisados e alguns transcritos no livro a ser publicado: “Família Junqueira no Contexto Histórico e Genealógico Brasileiro”. Por exemplo, Freitas à pág. 31 afirma: “*Note-se, em primeiro lugar, que depois de certa idade o escravo se tornava anti-econômico. Com frequência aos trinta anos estava fisicamente liquidado, ou pelo menos, desqualificado para o terrível trabalho do canavial ou do engenho*”. Como disse, a leitura de centenas de inventários nos mostra escravos ativos e de razoável “valor” acima dos 50 anos. Vou tomar apenas como uma amostra o Inventário de Inácia Constância de Andrade, esposa de Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas, seu inventariante. Quando morreu em 1858 deixou 111 escravos. Nele vamos encontrar as seguintes avaliações:

- 1) Antônio Jacinto, africano, casado, tropeiro 48 anos, a quantia de 1:700\$000.<sup>19</sup>
- 2) Estevão africano, casado 50 anos, roceiro, a quantia de 1:400\$000.
- 3) Bernardo, casado 58 anos, carpinteiro, a quantia 400\$000.
- 4) José Mateus, africano, casado de 62, roceiro a quantia 250\$000.
- 5) Luzia africana, de 54 anos, a quantia de 100\$000.
- 6) Antônio Cardoso, africano, casado de 70 anos, roceiro, a quantia de 50\$000.
- 7) Lucas, tropeiro, africano, de 48 anos, a quantia de 1:500\$000.
- 8) Mateus, africano de 50 anos, a quantia de 1:200\$000.
- 9) Marcelino, africano, com 62 anos, carpinteiro, a quantia 300\$000.

Portanto, podemos ver que Antônio Cardoso, velho escravo do alto dos seus 70 anos, ainda trabalhava na roça e “valia” a considerável quantia, para a época, de 50\$000. Isso está em absoluto desacordo com o que Freitas (1990, p. 30) afirma: “*O termo médio de vida dos escravos proletários que trabalhavam nos canaviais e engenhos não excedia provavelmente de cinco anos*”. Se imaginarmos que Antônio

---

<sup>19</sup> Para termos uma idéia da magnitude do valor de Antônio Jacinto aos 48 anos, vamos compará-lo com o valor do Favacho, feito 40 anos antes, em 1818, no “Auto de Prestação de Contas”, no qual Maria Inácia do Espírito Santo, viúva do Cap. João Francisco Junqueira, presta ao Juiz de Órfãos na ocasião. Nele, a Fazenda Favacho com toda sua imponente sede, capela, senzalas, e com seus milhares de alqueires, pastos, retiros, etc... valia a bagatela de 1:570\$952, ou seja, menos do que Antônio Jacinto! Veja, caro leitor, que na época não havia inflação e o escravo era, de longe, o “bem” mais valioso que se podia “comprar”! Sobre esse assunto estendo-me no Livro sobre a Família Junqueira, no capítulo no qual me refiro ao Cap. João Francisco Junqueira, 2º Filho do Patriarca - de quem o autor descende.

Cardoso possa ter sido comprado ainda jovem, em torno, suponhamos dos 20 anos, teremos que ele teria trabalhado durante 50 anos! Sou forçado a concluir que: ou os dados fornecidos por Freitas são exagerados, ou os escravos da Província de Minas eram muito melhor tratados do que os das Províncias Nordestinas!

Mas, voltemos ao Levante. O único escravo a queixar-se de maus tratos foi Julião Congo: *“Respondeu que seu senhor o tratava de mandrião, não estava contente com o seu serviço, dava-lhe pancadas, ainda mesmo quando estava doente”* (transcrito em português atual). O senhor a quem ele se referia era Gabriel Francisco de Andrade Junqueira, filho do Barão de Alfenas e o primeiro a ser assassinado no Levante - inclusive pelo próprio Julião Congo. Ao fazer essa afirmação perante o Juiz, ele foi incontinenti desmentido por Gabriel Francisco, o qual afirmou ser seu filho muito condescendente e leniente com ele: *“...negou que bem longe de ser o respondente tratado com vigor era tratado com demasiada brandura, sendo essa uma das queixas que ele tinha contra o seu falecido filho”* (Proc. Fls. 127). É muito possível que Julião Congo tenha tentado, com isso, obter alguma clemência, ou redução de pena.

Agora vamos de fato ao que interessa! Atribuir a revolta e insurreição dos escravos a uma mera questão de bons ou maus tratos seria uma simplificação e um reducionismo imperdoáveis, resultados de uma visão apenas materialista, mercantilista, reificante, ou seja, de uma visão incapaz de abstração, concretificante, ou de levar em consideração os fatores emocionais, conscientes ou inconscientes - determinantes soberanos de nossa conduta. Ainda que os escravos vivessem muito bem e que não sofressem nenhuma coerção física, o simples fato de estarem privados de sua liberdade já seria fator suficiente e causa primária para se rebelarem.

É absolutamente recorrente nos depoimentos dos indiciados no Levante, a esperança, ou mesmo a convicção, que tinham de que, se matassem seus senhores, ficariam forros (livres)! Essa é uma defesa muito comum no ser humano, ou seja, de acreditarmos naquilo que desejamos que aconteça; o que os americanos chamam de *“wishful thinking”* (pensamento cheio de desejo). Foi essa crença, ou esperança, que preparou o terreno e fez com que aceitassem como verdadeiras as mentirosas, falsas e enganosas promessas de Francisco Silvério e do Vigário Lobo. A Liberdade é um dos bens e direitos mais acalentados do ser humano; por ela milhões deram sua vida, como nos ensina a história da humanidade. Ela é celebrada e festejada em todas as formas de Arte, na escultura, como *“Vitória de Samotrácia”*<sup>20</sup>, na Antiga Grécia, em pintura, como *“Liberdade Guiando o Povo”*, de Delacroix (Museu do

---

<sup>20\*\*</sup> SAMOTRÁCIA, ilha grega do mar Egeu, perto da costa da Trácia; 4.000 hab. Aí foi encontrada, em 1863, a famosa estátua da Vitória (Louvre), erguida para comemorar uma vitória naval de Demétrio I Poliorcetes. Fonte: 81999 Enciclopédia Koogan-Houaiss Digital.

Louvre) ou em música como a 5ª Sinfonia, a ópera “Fidélio”, de Beethoven e a extraordinária ópera de Mozart “A Flauta Mágica”, em que o genial compositor nos ensina seus ideais de Amor, de Liberdade e Fraternidade! Assim também não poderiam ser diferentes os anseios de Liberdade dos escravos sul-mineiros, dos anseios de tantos outros escravos no Brasil Colonial, e de todos os oprimidos de ontem e de hoje! Isso levou a inúmeras rebeliões de escravos com formação de quilombos - como a epopéia do Quilombo de Palmares, que imortalizou o gênio combativo e a liderança de Zumbi!

Por outro lado, Andrade (1996), ao descrever a insurreição no Levante da Bela Cruz, é de opinião que ela apresentava um grau muito grande de organização dos escravos, que se aproveitaram das lutas e diferenças políticas entre as diferentes facções que detinham o poder. Lendo atentamente o “Processo dos Junqueiras”, penso de forma bem diferente; cheguei à conclusão de que essa organização e articulação entre os escravos era muito mais aparente, retórica, do que real. Vejamos o que os fatos nos revelam: a Fazenda Campo Alegre, palco inicial do Levante, possuía, em 1859, 111 escravos - época do inventário de Inácia Constança de Andrade, esposa do Barão de Alfenas. É de se supor que na época do Levante devesse possuir um número de escravos muito expressivo, e o que vemos? Somente 6 de seus escravos efetivamente participaram do massacre! Depois que Ventura Mina e seus seguidores assassinaram Gabriel Francisco de Andrade Junqueira, - na circunstância que conhecemos, ou seja: indefeso - dando início à insurreição, ao se aproximarem da Fazenda Campo Alegre, Ventura disse: “...houve aviso”, e incontinenti “*arrepriaram a carreira, tomando a direção da Fazenda Bela Cruz*”. Ora, se estivessem de fato articulados e contassem com o apoio de grande parte da escravatura da Fazenda Campo Alegre, era só avançar sobre seus amos e assassiná-los, mesmo que encontrassem resistência ou que alguns morressem, pois eram em muito maior número! Mas como vemos, retrocedem e marcham para a Bela Cruz. Ali encontram os escravos da Bela Cruz na roça, reúnem-se e se dirigem para a sede. Mas, o que vão encontrar na sede? Um homem velho e cego, 3 mulheres, 2 crianças de 4 e 5 anos, e uma bebê de 2 meses! Ou seja, não podia haver resistência! O que se seguiu foi o covarde assassinato de vítimas indefesas, por um número não inferior a 17 escravos! José, com 5 anos e sua prima Antônia de 4 anos, foram assassinados, cada um, por 3 escravos! O que é pior, o Auto de Corpo de Delito (fls. 9-11) - peça muito triste e horripilante de ser lida - mostra que os corpos revelavam horríveis sinais de terem sido massacrados muito além do que seria necessário para causar suas mortes! Foram usadas poucas armas de fogo; o que prevaleceu foram instrumentos de trabalho: foices, machados, paus, etc... O que se revela em seguida? Cerca de 6 escravos ficaram de tocaia à espera de Manoel José da Costa para assassiná-lo de emboscada! E o que aconteceu na Fazenda Jardim? João Cândido não teve dificuldade, seus escravos não ofereceram resistência ao serem trancados em uma sala! Cadê a decantada organização? Se houve, era de se esperar que os escravos reagissem ao serem trancafiados em uma

sala. E mais, contando com o auxílio do escravo Carlos e de outro, João Cândido esperava pelos amotinados. Quando chegaram, foram disparados dois e únicos tiros, que mataram Ventura e os outros fugiram para o mato!... Será que ali esperavam também só encontrar mulheres e crianças indefesas? Por que fugir se o tiroteio mal começara, se eram em muito maior número e estavam armados também de espingardas?

Resumindo, o que vejo é uma busca pela liberdade de uma forma desordenada, pouco inteligente e fantasiosa, pois não possuíam ainda as armas que Jerônimo, tropeiro da Fazenda da Prata, prometera. E mais, quiseram acreditar, e passaram a admitir, como verdadeiro todo tipo de boatos, mentiras e falsas promessas tanto de Francisco Silvério Teixeira como do Vigário Lobo. Ventura Mina, a meu ver, deixando de atacar a Campo Alegre, supondo que já teria “*havido aviso*”, não se mostrou um líder guerreiro à altura e, ao mandar Quintiliano assassinar a pequena Maria, bebê de dois meses, mostrou-se um ser humano malvado, que podia ser temido pelos seus subordinados mas nunca amado e respeitado - como a leitura do processo em certos depoimentos nos dá a entender. Resumindo, no Levante da Bela Cruz o que vemos: mentira, fantasia, desorganização e paranóia (“*já houve aviso*”). Poucos fatos e uma imensa profusão de desvairados devaneios, meras quimeras, a povoar o imaginário de seres oprimidos em busca de sua liberdade!

Agora, como explicar quais seriam os interesses que Francisco Silvério Teixeira possuía ao insuflar os escravos à rebelião? Penso que as conclusões às quais chegou Andrade (1996), citando o depoimento do Barão de Alfenas, são bastante convincentes:

*“Segundo consta dos autos, Francisco Silvério "orientara" os escravos na execução da dita insurreição, utilizando como artifício para seduzi-los, falsas notícias, como a que os caramurus já haviam libertados os escravos de Ouro Preto, e que era o momento dos escravos de Carrancas fazerem o mesmo”. E mais abaixo: “Se tomarmos como procedente a versão da parte acusadora, ou seja, a de Gabriel Francisco Junqueira, Francisco Silvério teria promovido a insurreição com objetivo de dificultar a formação da milícia que iria combater os sediciosos de Ouro Preto. Esta acusação parece ser procedente, pois a insurreição estava programada para acontecer no dia 26 de maio, no domingo da festa do Espírito Santo e teria sido antecipada em função de várias vilas aderirem ao governo provisório, sediada em São João Del Rei, acenando com a vitória dos moderados. Seria Francisco Silvério um partidário da facção restauradora e que se utiliza dos escravos a reboque de seus interesses políticos? Este constitui um caminho bastante atraente para compreender o envolvimento de Francisco Silvério no incitamento dos escravos à insurreição. A revolta ocorreu em algumas propriedades da família Junqueira, uma família que conquistou grande projeção política, social e econômica na região centro-sul, extrapolando os limites da província.”*

Além das razões acima assinaladas, na imensa maioria dos depoimentos, Francisco Silvério iria receber o dinheiro surrupiado no Levante, por sua participação como mentor da insurreição. Uma vez mortos os fazendeiros e suas famílias, ficaria com o dinheiro encontrado pelos baús e armários, ou escondido pelas casas e eles, os escravos, ficariam os donos das terras, o que dá uma medida da ambição e ganância de Silvério. No processo ele declara que vivia de “cobranças”, ou seja, lidava com dinheiro, seria um usurário? Por outro lado, Francisco Silvério era compadre de Gabriel Francisco Junqueira, tendo livre acesso à sua casa. Comparado com Gabriel Francisco, e as imensas propriedades que a Família Junqueira detinha na ocasião, Francisco Silvério seria um pequeno fazendeiro. Tinha uma fazenda em Rio do Peixe e 19 escravos em 1834. Imagino haver um grau muito intenso de inveja não só dos bens, como da projeção política de Gabriel Francisco, Barão de Alfenas - na ocasião o político mais importante e de maior prestígio da região, quiçá da Província de Minas Gerais. Minha hipótese é a de que o motivo foi a inveja, essa malvada que corrói a alma de muita gente, a qual, muitas vezes, faz com que o invejoso não se importe de ser atingido ou castigado, desde que a pessoa a quem inveja sofra muito mais. Penso, como psicanalista, que a inveja, juntamente com sua irmã siamesa, a voracidade, tenha sido um importante fator (além do fator político apontado por Gabriel Francisco Junqueira e assinalado acima) a mover, consciente ou inconscientemente, as ações de Francisco Silvério<sup>21</sup>. Um dado interessante é notar que, em seus depoimentos, os escravos presos pareciam sempre estar dizendo a verdade, não negaram nunca os crimes praticados, os quais fizeram na esperança de ficarem livres! Seus depoimentos eram sempre coerentes e consistentes entre si. Já o de Francisco Silvério é uma lástima! Nega tudo, inclusive disse que nunca conheceu ou conversou com Ventura Mina! Afirma que gostava muito de seu compadre (!!!), Gabriel Francisco Junqueira, e que jamais espalhara boatos ou difundira idéias sediciosas!!! Tudo isso parece ser absolutamente falso, pois quando ainda era Juiz de Paz de São Thomé das Letras, Gabriel Francisco de Andrade Junqueira, assassinado no Levante, repreendeu severamente Francisco Silvério por espalhar boatos e difundir idéias subversivas. E mais, poucos dias antes dos acontecimentos, o Alferes José

---

<sup>21</sup> É conhecida a lenda de um rei na Antiguidade que, querendo premiar um seu vasalo por relevantes serviços prestados ao Reino e, ao mesmo tempo, sabedor da imensa inveja que ele nutria por um compadre seu, propôs-lhe o seguinte: “Olhe, em recompensa pelos teus serviços, quero te premiar com qualquer coisa que me pedires, mas com uma única condição: tudo o que te der darei em dobro para teu compadre”. E o que foi que ele pediu? Que o Rei lhe mandasse furar um olho para que seu compadre tivesse os seus dois vazados... Bem, com um compadre desses ele não precisava ter inimigos! Aliás Mozart na ópera já citada, “A Flauta Mágica”, fala da mentira e da inveja como causadores dos maiores males à humanidade. Papagueno, personagem do enredo, é condenado a ficar provisoriamente mudo por haver mentido. Sua punição foi ter um tampão na boca que o lembrava da mentira cometida.

Francisco Junqueira, também assassinado no Levante, enviara um recado por seu filho ao Juiz de Paz de Campo Belo, Manoel Joaquim Alves, “*dizendo que tivesse cuidado e vigilância na conduta de Francisco Silvério por isso que andava pregando doutrinas subversivas*” (Proc. f. 54).

O Vigário Lobo foi libertado por insuficiência de provas, o mesmo ocorrendo com Francisco Silvério Teixeira, depois de ter estado preso por 19 meses, tempo de duração do processo.

O Levante da Bela Cruz custou a vida de 10 pessoas, 9 membros da Família, e de um empregado da Fazenda Bela Cruz. Oito foram assassinados na Fazenda Bela Cruz: o Alferes José Francisco Junqueira, quarto filho do Patriarca, estava com 69 anos, e cego; sua mulher Antônia Maria de Jesus; Manoel José da Costa, e sua mulher Emiliana Francisca Junqueira (filha de José Francisco) e seus filhos José, com cinco anos de idade, e Maria, de dois meses; Ana Cândida da Costa, viúva de Francisco José Junqueira, e Antônia, com 4 anos de idade, filha de Manoel Vilela e Elena Francisca Junqueira. Na Fazenda Campo Alegre foi morto Gabriel Francisco de Andrade Junqueira, filho do Barão de Alfenas e Juiz de Paz de São Thomé das Letras na época. Francisco da Costa, agregado da Fazenda Bela Cruz, foi morto quando se dirigia à Fazenda Jardim.

Abaixo transcrevemos os registros de óbito das pessoas assassinadas:

*Óbito de José Francisco Junqueira<sup>22</sup>:*

*“A dezesseis de Maio de mil oitocentos e trinta e três no Adro da Capela de S. Thomé foi sepultado e Encomendado Pelo Padre João Ribeiro Maia, José Francisco Junqueira morreu assassinado pelos escravos de que para constar faço este Assento.*

*O Vigário Manoel José Soares”*

*Óbito de Antônia Maria de Jesus, esposa de José Francisco Junqueira:*

*“A dezesseis de Maio de mil oitocentos e trinta e três no Adro da Capela de S. Thomé foi sepultada e Encomendada Pelo Padre João Ribeiro Maia, Antônia Maria de Jesus morreu assassinada pelos escravos de que para constar faço este Assento.*

*O Vigário Manoel José Soares”*

---

<sup>22</sup>MF: 1285463 It. 2 Liv. Óbitos Carrancas 1816/1874 p.102. Pesquisa encomendada pelo autor a Marta Maria Amato.

*Óbito de Manoel José da Costa, esposo de Emiliana Francisca Junqueira:*

*“A dezesseis de maio de mil oitocentos e trinta e três no Adro da Capela de S. Thomé foi sepultado e Encomendado Pelo Padre João Ribeiro Maia, Manoel José da Costa morreu assassinado pelos escravos de que para constar faço este Assento.*

*O Vigário Manoel José Soares”*

*Óbito de Emiliana Francisca Junqueira, filha de José Francisco Junqueira<sup>23</sup>:*

*“A dezesseis de Maio de mil oitocentos e trinta e três no Adro da Capela de S. Thomé foi Sepultada e Encomendada pelo Padre João Ribeiro Maia, a Emiliana Francisca Junqueira, morreu assassinada pelos escravos, de que para constar faço este Assento.*

*O Vigário Manoel José Soares”*

*Óbito de Gabriel Francisco Junqueira, filho do Barão de Alfenas:*

*“A dezesseis de Maio de mil oitocentos e trinta e três no Adro de S. Thomé foi Sepultado e Encomendado pelo Padre João Ribeiro Maia, a Gabriel de Andrade Junqueira morreu assassinado pelos escravos e para constar faço este Assento.*

*O Vigário Manoel José Soares”*

*Óbito de Maria Junqueira da Costa, filha de Manoel José da Costa e de Emiliana Francisca Junqueira:*

*“A dezesseis de Maio de mil oitocentos e trinta e três no Adro de S. Thomé foi Sepultada Maria filha legítima de Manoel José da Costa, e Emiliana Francisca Junqueira, morreu assassinada pelos escravos foi Encomendada de que para constar faço este Assento.*

*O Vigário Manoel José Soares”*

*Óbito de José Junqueira da Costa, filho de Manoel José da Costa e de Emiliana Francisca Junqueira:*

---

<sup>23</sup> MF:1285463 It. 2 Liv. Óbitos Carrancas 1816/1874 p.102v. Pesquisa encomendada pelo autor a Marta Maria Amato.

*“A dezesseis de Maio de mil oitocentos e trinta e três no Adro da Capela de S. Thomé foi Sepultado José filho legítimo de Manoel José da Costa, e foi Encomendado morreu assassinado pelos escravos, de que para constar faço este Assento.*

*O Vigário Manoel José Soares”*

*Óbito de Antônia, filha de Manoel Joaquim Vilela e de Elena Francisca Junqueira:*

*“A dezesseis de Maio de mil oitocentos e trinta e três na Capela de S. Thomé no Adro foi Sepultada e Encomendada Antônia filha legítima de Manoel Joaquim Vilela, morreu assassinada pelos escravos de que para constar faço este Assento.*

*O Vigário Manoel José Soares”*

*Óbito de Ana Claudina da Costa, esposa de Francisco José Junqueira:*

*“A dezesseis de Maio de mil oitocentos e trinta e três no Adro da Capela de S. Thomé foi Sepultada e Encomendada Ana Claudina da Costa morreu assassinada pelos escravos, de que para constar faço este Assento.*

*O Vigário Manoel José Soares”*

José Francisco Junqueira e sua esposa tiveram 13 filhos. Há uma tradição na Família segundo a qual um bebê havia sido salvo por sua ama escrava que a escondera em um roseiral - essa tradição foi transmitida a Pelúcio (1942, p. 231). Isso não é verdadeiro! Essa tradição é como um belo sonho de verão em noite tempestuosa! É baseado na necessidade de se manter viva a esperança dentro de todos nós! Alguém no meio desse ódio furibundo teria de sobreviver, e sobreviver como? Pela força e o poder do amor materno: o amor de uma ama escrava a escondera em meio de um roseiral! Certo, é uma esperança consoladora! Mas a dura realidade é que não houve sobreviventes na Bela Cruz! Todos os brancos que ali estavam, de acordo com o processo, foram massacrados! Também não é verdadeira a tradição familiar passada por um bisneto do Barão de Alfenas a Pelúcio (p. 229), de que existira um filho caçula do casal que se salvara por estar interno em um colégio no momento do Levante! O fato real é que na data do massacre, o filho caçula do casal, Antônio Francisco Junqueira, já era adulto, estava com 22 anos - nasceu em 10 agosto de 1811, e foi batizado em 14 de agosto - na Capela do Favacho. Casou-se em primeiras núpcias com sua prima Rita de Cássia de Andrade, em 21 de agosto de 1833, portanto, alguns meses após o massacre.

Outro dado interessante é que Gabriel José Junqueira, filho de José Francisco Junqueira, foi o inventariante (o inventário está transcrito logo abaixo) dos bens deixados pelos seus pais. No inventário ele pede ao Juiz de Órfãos que os escravos

absolvidos no processo da Bela Cruz: Manuel Pedreiro, José Munhange, Rafael Criolo, Davi Criolo, Tomás Mofunge, Francisco Moçambique, e Antônio Cafange, fossem levados à praça pública para leilão, e a renda apurada revertida ao monte da herança. Muitos da família não queriam vê-los, para não se lembrarem do “horror do massacre”. Desses escravos 3 ficaram com a família a saber: Antônio (filho de José Francisco Junqueira) ficou com Rafael Crioulo, Manuel Vilela ficou com José Munhange, e Joaquim Vilela ficou com Tomás Mofunge.

Acho interessante, ainda que resumidamente, traçar alguns graus de parentesco entre as pessoas e famílias envolvidas no massacre, todas descendentes das Três Ilhóas, por parte da Matriarca, Elena Maria do Espírito Santo, ou de Junqueiras, por descendência do Patriarca, João Francisco Junqueira.

João Cândido, que tão bravamente soube defender sua família rechaçando os revoltosos e pondo fim ao Levante, era filho de Ana Francisca do Vale, filha do Patriarca e casado com Maria Marfisa, filha do Pe. Francisco Antônio, primeiro proprietário da Fazenda Jardim. O Pe. Francisco Antônio foi filho dos Patriarcas, portanto, João Cândido era primo em primeiro grau de sua esposa. Também era irmão de Joaquim Bernardes Junqueira, casado com outra filha de José Francisco, Inácia Leopoldina Junqueira. Igualmente primo em segundo grau de Manoel José Costa, morto na Bela Cruz, pois ambos descendiam da Ilhóa Antônia da Graça (Guimarães, vol.I, 1990, p.199 e 255). A pequena Antônia, assassinada na Bela Cruz, era filha de Manoel Vilela, bisneto da Ilhóa Júlia Maria da Caridade (Guimarães, vol.II, tomo 2, 1990, p.354), e de sua primeira esposa, Elena Francisca Junqueira (casaram-se em 10 de maio de 1815), filha do Alferes José Francisco Junqueira e Antônia Maria de Jesus. Ana Cândida da Costa e Manoel José da Costa, ambos assassinados no Levante, eram irmãos. E mais, também eram irmãos de Antônio Francisco da Costa e Francisco Antônio da Costa. Antônio Francisco da Costa foi casado com duas irmãs: em primeiras núpcias com Maria Claudina de Andrade e, ao enviuvar, casou-se com a cunhada Marianna Antônia de Andrade, ambas filhas de Antônia Francisca Junqueira, essa última filha do Alferes José Francisco Junqueira, filho do Patriarca. O outro irmão de Ana Cândida da Costa foi o Cap. Francisco Antônio da Costa, casado com Maria Zimila de Andrade, filha de Francisco Antônio Diniz Junqueira e de sua primeira esposa Mariana Constância de Andrade, e esse último, filho de Maria Francisca da Encarnação, filha do Patriarca.

João Cândido da Costa, juntamente com seu irmão Major Joaquim Bernardes da Costa, requereram a Sesmaria na “*Paragem do Ribeirão Pinhal*”, da “*Freguesia de Nosso Senhor do Patrocínio do Rio Verde das Caldas*”, termo da “*nobre e leal*” Vila da Campanha da Princesa, comarca do Rio das Mortes. Foram concedidas ao Major Joaquim Bernardes “*terras devolutas no Ribeirão da Curitiba, que deságua no Rio Pardo*”, e ele, “*comprando as sesmarias de seus irmãos, fundou a Fazenda do Barreiro*”, tornando-se o fundador de Poços de Caldas (Mourão, 1952, p. 218-

219).

Agora, alguns outros dados a respeito do Alferes José Francisco e sua esposa: ele foi batizado<sup>24</sup> na capela do Favacho a 21 de outubro de 1764, pelo padre Manoel Machado de Miranda. Casou-se, no dia 10 de fevereiro de 1790, com Antônia Maria de Jesus, filha do Ten. João Garcia Duarte (veja na História do Mangalarga, a Fazenda do Angaí, no livro: “Família Junqueira no Contexto Histórico e Genealógico Brasileiro”), e de Antônia Maria de Jesus. Foram testemunhas do casamento seu cunhado Gabriel de Souza Diniz e Antônio Rabelo de Carvalho, meio-irmão de Elena Maria do Espírito Santo e cunhado da noiva. O casal foi proprietário da fazenda Bela Cruz, como vimos acima. No dia de seu assassinato, José Francisco contava 69 anos e estava cego - provavelmente de catarata - inoperável naqueles velhos tempos.

A Fazenda Bela Cruz, juntamente com as fazendas Cafundó, Narciso, Santo Inácio, Campo Belo, Traituba, entre outras tantas, fizera parte da antiga Fazenda Campo Alegre, que pertencera ao Patriarca da Família, João Francisco Junqueira. A origem da Bela Cruz está amplamente detalhada na “História do Cavalo Mangalarga”, descrita no livro: “Família Junqueira no Contexto Histórico e Genealógico Brasileiro”, a ser publicado.

Abaixo, faço a transcrição de grande parte de seu inventário<sup>25</sup>, aberto em 2 de julho de 1833 em Carrancas - MG, por ter dados bastante interessantes, a respeito dos usos e costumes da época. Foi inventariante seu filho Gabriel José Junqueira. Devo lembrar ao leitor que Gabriel José Junqueira era proprietário das Fazendas Campo Belo e Atalho, para as quais a Coudelaria Real emprestou o Cavalo Mortimer, destinado a cobrir éguas selecionadas, de Gabriel José e demais fazendeiros da região. A Raça Mangalarga é fruto da miscigenação da raças Alter, Mortimer e do Cavalo Junqueira - assunto de que trato, em detalhes, no livro “Família Junqueira no Contexto Histórico e Genealógico Brasileiro”, ao escrever um histórico sobre o “Cavalo Mangalarga e Família Junqueira”. Portanto Gabriel José Junqueira está entre os primeiros, e os mais importantes criadores e pioneiros da Raça Mangalarga. O casal José Francisco e Antônia teve só 9 filhos que aparecem arrolados no inventário; os 4 restantes não aparecem pois haviam já falecido e não deixaram descendentes.

1 - José Francisco Junqueira, casado com Maria Silvéria Vilela

---

<sup>24</sup> MF: 1285446 It. 7 Liv. Bat. Carrancas 1759/1772 p. 40. Pesquisa encomendada pelo autor a Marta Maria Amato.

<sup>25</sup> Inventário Arquivo do Museu Regional de São João del Rei. Pesquisa encomendada pelo autor a Marta Maria Amato.

- 2 - Antônia Francisca Junqueira, falecida, casada com Tomás José de Andrade
- 3 - Elena Francisca Junqueira, falecida, casada com Manuel Joaquim Vilela
- 4 - Francisca Maximiana Junqueira, casada com Tomás José de Andrade
- 5 - Maria Francisca Junqueira, casada com Joaquim Leonel Vilela
- 6 - Ana Francisca Junqueira, casada com Antônio Rabelo de Carvalho
- 7 - Gabriel José Junqueira, casado com Cândida Bernardina de Andrade
- 8 - Inácia Jesuína Junqueira, falecida, casada com Joaquim Bernardes da Costa
- 9 - Antônio Francisco Junqueira, solteiro, com 21 anos

Seguem os netos nascidos na época (1833) e descritos no Inventário:

Netos: filhos de Antônia Francisca Junqueira

- 1 - José Tomás de Andrade, casado com Maria Claudina Vilela
- 2 - Maria Claudina de Andrade, casada com Antônio Francisco da Costa
- 3 - João Tomás de Andrade, solteiro, com 18 anos
- 4 - Ana Inácia de Andrade, casada com Manuel Rodrigues da Costa
- 5 - Francisco, solteiro, com 15 anos
- 6 - Gabriel, solteiro, com 13 anos
- 7 - Mariana, solteiro, com 11 anos
- 8 - Antônio, solteiro, com 9 anos

Netos: filhos de Elena Francisca Junqueira

- 1 - José Vilela Junqueira, solteiro, com 21 anos
- 2 - Joaquim Estevão Vilela, solteiro, com 14 anos
- 3 - Maria, solteiro, com 12 anos
- 4 - Gabriel, solteiro, com 10 anos
- 5 - Francisco, solteiro, com 8 anos
- 6 - Inácia, solteira, com 7 anos
- 7 - João, solteiro, com 5 anos
- 8 - Antônia, falecida depois de sua mãe

Netos: filhos de Inácia Jesuína Junqueira (ou Inácia Leopoldina Junqueira)

- 1 - José Bernardes da Costa, 10 anos
- 2 - Joaquim Bernardes da Costa, 9 anos
- 3 - Inácia, 8 anos
- 4 - Mariana, 7 anos

Bens de raiz:

- 1 Fazenda denominada Bela Cruz, avaliada em 12:000\$000
- Casa, paiol, moinho, senzalas, monjolo, chiqueiro, rancho de carros, quintal cercado de muro de pedras com arvoredos de espinho e rego de água, avaliadas em 60\$000
- 1 morada de casas baixas no Arraial de São Thomé, avaliada em 60\$000
- gado e bens na Vila de Pouso Alegre, avaliados em 1:069\$000
- 1 Fazenda denominada Chapadão na freguesia de Caldas, avaliada em 8:000\$000

Gado vacuum e cavalari:

- 22 bois de carro
- 63 vacas
- 172 cavalos, bestas, carneiros e porcos

Bens:

- em moedas de ouro: 331\$480
- em moedas de prata: 1:913\$930
- em moedas de cobre: 1:385\$870
- em notas de banco: 2:283\$000

13 colheres e 13 garfos de prata: 63\$680; 2 facas com cabo de prata: 5\$120; 2 pares de esporas de prata: 16\$480; 10 tachos de cobre: 62\$890; 2 ferros de engomar: 3\$000; 1 almofariz<sup>26</sup> de bronze: 2\$000; 1 relógio de parede: 30\$000; 13 catres infe-

---

<sup>26</sup> De acordo com o Dicionário Aurélio Eletrônico, é um “recipiente de pedra, metal, etc., em que se trituram e homogeneizam substâncias sólidas; pilão, gral, moedor”.

riores: 8\$000; 1 mesa inferior: 1\$000; 2 bancos inferiores:\$800; 1 tear velho inferior: 2\$000; 2 rodas de fiar novos: 4\$000; 1 roda de fiar boa: 3\$000; 2 rodas de fiar usadas: 2\$000; 1 tamborete: \$300; 1 estrado velho:\$300; 1 armário: 7\$000; 1 par de canastras: 8\$000; 1 caixa grande: 7\$200; 2 caixas menores sem ferragem: 2\$000; 1 caixa pequena: 1\$000; 1 caixa frasqueira com 5 portas: 1\$500; 12 talheres de ferro: 1\$200; 2 aparelhos de café: 8\$000; 48 pratos de louça branca: 4\$800; 1 dúzia e meia de pratos com beirada azul: 2\$400; 12 pratos pequenos de louça branca:\$600; 14 pratos travessa grande: \$360; 2 terrinas: \$800; 15 tigelas brancas: 1\$500; 2 tigelas de louça: \$300; 5 canecas:\$800; 6 urinóis inferiores: 1\$800; 9 cálices de vidro para vinho:\$900; 1 caneca de vinho: \$400; 23 garrafas de vidro preto: 1\$380; 10 garrafas de vidro branco: 1\$200; 1 bacia e jarra de estanho:\$900; 3 bacias pequenas de bronze: 1\$200; 1 caldeirão de cobre velho: 1\$500; 1 colher de ferro: \$200; 2 selas velhas aparelhadas com estribo e freio: 8\$000; 2 serigotes: 7\$200; 1 mala de couro branco: 4\$000; 1 espingarda velha: 2\$400; 1 canoa de banho: 2\$000; 1 game-la: \$400; 3 carros bons, ferrados e arreados: 150\$000; 2 carros velhos: 12\$000; 1 carretão: 4\$000; 6 dúzias de ferragem de besta: 9\$600; 100 carros de milho novos no paiol: 400\$000; 25 carros de milho velho no paiol: 75\$000; 64 bruacas de sal<sup>27</sup>; 70 alqueires de feijão; 57 arrobas de algodão em caroço: 72\$960; 443 queijos: 66\$450.

#### Ferramentas:

29 enxadas: 10\$600; 29 foices: 13\$800; 16 machados: 7\$500; 2 enxós chatos: 1\$200; 18 tesouras usadas: 2\$700; 2 picões: \$800; 1 ferro de marcar: \$300; 1 torquês velha: \$600; 1 peça de 2 arroba de ferro: 2\$000; 3 balanças: 6\$700; 1 serra braçal: 5\$000; 1 serra de mão velha: \$300; 214 libras de ferro novo: 21\$400; 173 libras e meia de elos e ferro velho: 8\$675; 23 libras de estanho velho: 4\$600; ornamentos de missa, toalha e alva: 30\$000; 1 cálice de prata dourado por dentro: 26\$000; 1 missal novo: 12\$000; 1 pedra de ara: 4\$000<sup>28</sup>; 1 altar, mais os pertences da Ermida: 10\$000.

#### Continuação do inventário:

29 escravos, mais Bernardino com 65 anos, que não participou do massacre

O inventário terminou em 8 de julho de 1836.

José Francisco foi sepultado<sup>29</sup>, juntamente com sua esposa e demais assassi-

<sup>27</sup> Saco ou mala de couro cru, para transporte de objetos e mercadorias sobre bestas. Variação mineira de bruaca - pequeno saco de couro usado pelos tropeiros.

<sup>28</sup> Pedra sagrada do centro do altar.

<sup>29</sup>\*\* MF: 1285463 It. 2 Liv. Óbitos Carrancas 1816/1874 p. 102. Pesquisa encomen-

nados no Levante, em 16 de maio de 1833, no Adro da Capela de São Thomé.

Finalmente, o Levante da Bela Cruz teve ampla repercussão nacional dado ser o Sul Mineiro, na ocasião, a região mais importante para o abastecimento do Rio de Janeiro, Capital do Império. Há mais, o Levante veio a ferir o coração de uma das mais proeminentes famílias sul-mineiras e do mais importante reduto da política liberal - representada por Gabriel Francisco Junqueira, futuro Barão de Alfenas, Deputado da Câmara Imperial, na época. Por outro lado, a agricultura e pecuária de corte e leite tinham, no Sul de Minas, seu maior pólo de desenvolvimento, de importante fator na gênese da riqueza nacional, em substituição ao Ciclo do Ouro, o qual estava no seu fim com a exaustão dos veios auríferos das Minas Gerais. Mas, toda essa riqueza dependia do braço escravo. Com o medo e o pânico se espalhando entre uma população branca, minoritária na região, em breve a Regência Imperial tratou de tomar medidas draconianas e entre elas foi o envio para a Câmara de Deputados, pela Regência Imperial, em junho de 1833, ou seja, um mês após o Levante, de um projeto de Lei pelo qual seria punida com a pena de morte qualquer insurreiçãõ de escravos contra seus senhores, parentes ou prepostos. Essa lei foi aprovada em 10 de junho de 1835 (Dic. Bras. Imp. Andrade, 2002, p. 635-636).

#### REFERÊNCIAS

- AB-SABER, Aziz N. (et. al.) - *A época colonial: administração, economia, sociedade*; 90 ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001, t.1, v.2.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de - *Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840)*, Belo Horizonte, 1996, dissertação (mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG.
- BRIOSCHI, Lucila R. (et al.) - *Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da Freguesia de Batatais século XVIII e XIX*, São Paulo, CERU, 1991.
- CHAVES, Anna Helena Botelho - *Gabriel Francisco Junqueira: sua atuação política*, São Paulo, separata do anuário da Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae" da Universidade Católica de São Paulo, 1953.
- FREITAS, Décio - *Palmares, a guerra dos escravos*; 50 ed., Rio de Janeiro, Edições Graal Ltda., 1990.
- GOULART, José Alípio - *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1961.
- \_\_\_\_\_. *O cavalo na formação do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Letras e Artes Ltda., 1964.

- GUIMARÃES, José - *As três Ilhôas*: contendo a descendência de Antônia da Graça, s.i., 1990, v.1.
- \_\_\_\_\_. *As três Ilhôas*: contendo a descendência de Júlia Maria da Caridade, s.i., 1990, v.2, t.1, t.2.
- MARINHO, José Antônio - *História do movimento político de 1842*, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.
- MOURÃO, Mário - *Poços de Caldas*: síntese histórico - social; 2ª ed., Minas Gerais, s.c.p., 1952.
- PELÚCIO, José Alberto - *Baependi*, s.i., 1942.
- PINSKY, Jaime - *A escravidão no Brasil*, São Paulo, Ed. Contexto, 2000.
- POHL, João Emanuel - *Viagem no interior do Brasil*: segunda parte, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1951.
- ROCHA POMBO, José Francisco da - *História do Brasil*, 1ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Benjamim de Aguilã, 1905, v.5, p.321-363.
- PROCESSO dos Junqueiras assassinados: *Levante da Bela Cruz*, Carrancas 13 de maio de 1833, Acervo do arquivo do Museu Regional de São João Del Rei.
- RAMOS, Graciliano - *Vidas Sêcas*; 270 ed., São Paulo, Livraria Martins editora, s.d.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de - *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*, 1822, São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1974, v.11.
- \_\_\_\_\_. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975, v.4.
- \_\_\_\_\_. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*, São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975, v.7.
- VAINFAS, Ronaldo - *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*, Rio de Janeiro, Ed. Objetiva Ltda., 2002.
- VEIGA, José Pedro Xavier da - *Ephemerides mineiras*, Ouro Preto, Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897, v. I, IV.

Dr. José Américo Junqueira de Mattos  
Caixa Postal, 755 - Centro  
14001-970 - Ribeirão Preto-SP  
TeleFax: (16) 623-0798  
E-Mail: [junqueira@familiajunqueira.com.br](mailto:junqueira@familiajunqueira.com.br)  
Web: [www.familiajunqueira.com.br](http://www.familiajunqueira.com.br)

